

---

Direito não é Brinquedo: Vamos Brincar de ECA? – PUC-Campinas na Luta  
pela Preservação dos Direitos da Criança e do Adolescente

<sup>1</sup>Everton Silveira

Neste ano, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 35 anos de existência. Em 13 de julho de 1990 foi promulgada a Lei nº 8.069/90, que encerra, em seu artigo 3º, sua centralidade:

**“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.**

Desta forma, o ECA estabelece princípios, normas e diretrizes voltadas à garantia dos direitos de toda criança e adolescente, assegurando-lhes pleno, seguro e integral desenvolvimento.

Ao longo desses 35 anos, muitas conquistas foram alcançadas, mas inúmeros desafios permanecem. A partir dessa legislação, a sociedade brasileira passou a perceber, valorizar e reconhecer, com maior atenção e consciência, as características específicas que compõem o universo da infância e da adolescência, assim como o empenho necessário para garantir o seu pleno desenvolvimento.

Com a criação da lei, foram instituídas instâncias de promoção, defesa e controle de direitos, dentre as quais se destacam: Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente: órgãos colegiados, deliberativos e controladores do sistema de garantia de direitos. Sua principal função é formular políticas públicas e monitorar sua execução, garantindo que as ações do poder público estejam alinhadas às necessidades da infância e da adolescência. Atuam na elaboração de planos e programas de atendimento, além de promover a participação

---

<sup>1</sup> Dr. Professor da PUC-Campinas. Coordenador do programa de Desenvolvimento Humano e Integral – 2025/02

da sociedade civil nas decisões sobre políticas públicas. Conselhos Tutelares: órgãos colegiados, autônomos e permanentes, compostos por cinco membros da comunidade, responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Atuam diretamente no atendimento, aplicando medidas protetivas quando necessário, orientando pais e responsáveis, encaminhando casos a serviços especializados e ao Ministério Público, fiscalizando entidades de atendimento, entre outras atribuições.

Compõem ainda o Sistema de Garantia de Direitos (SGD): os órgãos de educação, saúde e assistência social, responsáveis por implementar políticas públicas; as secretarias de segurança pública; o Poder Judiciário; o Ministério Público; a Defensoria Pública; a Polícia; entidades de defesa dos direitos humanos; instituições sociais e, sobretudo, a própria comunidade.

Este sistema consolidou uma nova forma de conceber a criança: antes vista, no Código de Menores, como ser incapaz e carente de possibilidades, agora reconhecida como sujeito de direitos, dotada de singularidade e potencialidades.

Contudo, apesar dos avanços, os desafios ainda são densos e persistentes e as questões como a desigualdade social, a vulnerabilização de famílias periféricas, a violência em suas múltiplas formas e as reiteradas violações de direitos demandam criatividade, investimento técnico, material e intelectual, além de mudanças culturais profundas para que sejam superadas.

Diante desse cenário, o Programa de Desenvolvimento Humano e Integral – Levanta-te e Anda (PDHI:LA), por meio das reitorias da PUC-Campinas, lança a campanha “Direito não é Brinquedo: 35 anos de ECA – Vamos Brincar de ECA?”.

A iniciativa reconhece que, mais do que celebrar, é preciso difundir e intensifica a popularização do ECA, sobretudo em linguagem acessível, promovendo experiências que integrem valores, conhecimento e participação comunitária. O projeto propõe o *brincar* como estratégia de aproximação, formação e mobilização social, entendendo o brinquedo como instrumento de desenvolvimento, vínculo, saúde mental, solidariedade e partilha.

A proposta é evidenciar os diversos direitos assegurados pelo Estatuto — à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho — a partir do direito ao brincar.

O universo lúdico é espaço privilegiado de acesso à criatividade, à inventividade, à elaboração, ao prazer e ao conhecimento. Representa uma forma genuína de expressão,

presente desde o nascimento e que se prolonga por toda a vida. O brincar confere recursos individuais e coletivos capazes de potencializar as capacidades humanas, sobretudo a de ser, viver e conviver.

Assim, a PUC-Campinas propõe uma iniciativa que mobiliza a universidade, a comunidade e a rede de proteção para celebrar os 35 anos do ECA com ações educativas, solidárias e culturais centradas na importância do brincar para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

O projeto prevê: **Atividades pedagógicas** – com a elaboração de conteúdos didáticos que traduzam os direitos presentes no ECA em vivências práticas, oficinas e minicursos. **Campanhas de arrecadação e criação de brinquedos** – realizado por meio de oficinas participativas de construção de brinquedos e distribuição de kits às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, especialmente por ocasião do Dia da Criança. **Mobilização social** – com articulação entre poder público, mídia, órgãos do SGD (especialmente Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares) e sociedade civil, reforçando a importância da responsabilidade coletiva na proteção da infância e da adolescência.

O projeto reafirma o ECA como conquista histórica e instrumento vivo, que necessita ser consolidado por meio de práticas educativas, culturais e solidárias, desta forma, o “Direito não é Brinquedo” é um convite à sociedade para que se comprometa, de forma criativa e engajada, com a preservação e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros.